

CONVIVÊNCIA RURAL - PRODUÇÃO E SAÚDE NO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRAS (MST)

Coordenador: SINARA SANTOS ROBIN

Autor: LUCIANO COSTA GOMES

Na segunda quinzena do mês de julho ocorreu o Convivência Rural 2009, no assentamento do MST de Nova Santa Rita, localizado a uma hora de Porto Alegre. No Programa Convivência, promovido pelo Departamento de Educação e Desenvolvimento Social (DEDS) desde o ano de 1998, estudantes da Universidade são inseridos no cotidiano de um grupo social ou comunidade popular. Sua intenção é criar uma situação epistemológica na qual se possa refletir sobre as relações estabelecidas entre Universidade, sociedade e mercado e a atuação do futuro profissional junto aos diferentes indivíduos e grupos sociais. Este objetivo foi alcançado em uma série de oportunidades, durante os seis dias de Convivência. Como, por exemplo, durante os debates sobre o projeto agroecológico do MST, o qual busca alternativas produtivas que evitem ou diminuam possíveis impactos na natureza e na saúde humana. O MST defende que a estrutura agrária esteja baseada na pequena propriedade, na mão de obra familiar, em sistemas produtivos complexos e diversos, adaptados às condições locais e em redes regionais de produção e distribuição de alimentos. Nele, a ciência se coloca comprometida com as demandas populares, em busca de um desenvolvimento que traga soluções sustentáveis para os diversos problemas hoje enfrentados na cidade e no campo. Esta proposta se faz presente no assentamento de Nova Santa Rita com desenvolvimento dos hortos medicinais e a produção de alimentos agroecológicos, sem fazer uso de pesticidas e adubo químicos. Nossa proposta de trabalho é a de elaborar algumas reflexões a partir de alguns aspectos da produção de alimentos no assentamento de Nova Santa Rita, destacando principalmente a produção dos hortos medicinais que fornecem as plantas para o setor da saúde. Dentre os pontos a serem abordados, temos: as possibilidades e limitações técnicas do desenvolvimento de hortos medicinais e os limites jurídicos e logísticos da comercialização de produtos oriundos de tais cultivos; a conveniência ou não da extensão da atuação e da legitimidade da indústria farmacêutica e as alternativas apresentadas por agentes do MST relativas à prevenção e tratamento de doenças; o debate (ou não) promovido pela Universidade em torno dos projetos relativos à saúde pública hoje concorrentes. Optou-se por enfatizar a questão dos hortos por representar um dos primeiros projetos produtivos coletivos do assentamento, organizado pelo grupo de saúde, com uma sede,

chamada de Terra e Vida. Esse grupo utiliza hortos medicinais para a elaboração de produtos voltados para tratamento médico, para higiene pessoal e limpeza, além de cosméticos. Com essa iniciativa, há geração de renda extra para as famílias envolvidas e cria-se a possibilidade de uso da medicina alternativa, diminuindo a dependência em relação à indústria farmacêutica. Os materiais utilizados na análise deste trabalho são a memória de uma reunião e uma cartilha produzida pelo grupo de saúde. A reunião ocorreu na tarde do dia 29 de julho e contou com a presença de membros do setor de saúde do assentamento e representantes da EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), que discutiram a viabilidade dos hortos medicinais. A cartilha Integrando Saberes, produzido no ano de 1998, traz relatos sobre os hortos existentes no assentamento, informações técnicas das plantas cultivadas e as propostas do programa de saúde do grupo. Nossas conclusões são parciais ainda. Observamos alguns exemplos de organização coletiva do trabalho que, seguindo o modelo agroecológico defendido pelo Movimento, obtiveram êxito em escala industrial. No assentamento de Capela, trinta famílias fundaram a Cooperativa de Produção Agropecuária de Nova Santa Rita, a COOPAN, que produz e beneficia arroz orgânico, em larga escala. Já o setor da saúde do assentamento de Nova Santa Rita encontrou empecilhos jurídicos para produção de plantas medicinais voltadas para o mercado. Uma alternativa encontrada pelos membros do setor de saúde é a de comercializar a planta seca, liberada para a venda por ser considerada alimento. Outra limitação encontrada pelo setor de saúde está ligada ao domínio das técnicas e equipamento necessários para um melhor manejo dessas plantas.